

ACTA N.º 01/2006

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e seis, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Carlos Rocha, Primeiro Secretário, em substituição do Presidente da Mesa, Sr. Dr. Simões Saraiva, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 46º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção. Considerando a ausência do Presidente da Assembleia Municipal, foi eleito, para o preenchimento da vaga em aberto na Mesa, o Sr. Dr. Manuel Fabrício Santos, que aceitou de imediato.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes, para além do Sr. Dr. Simões Saraiva, que apresentou justificação, o Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves, o Sr. Dr. José Miguel Sousa Silva, a Sra. Engª Dulce Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, o Sr. João José Pereira Esteves e o Sr. Dr. Manuel Fernando Morais Silva Garcia, que também justificaram as suas faltas, tendo as mesmas sido consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Verificou-se, igualmente, que não estava presente o Sr. Alberto Carlos Cadima Santos, que não remeteu justificação relativa à sua ausência.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Elsa Maria Lopes Correia, Albano José Ribeiro de Almeida, Maria de Fátima Gonçalves Antunes e José Francisco Tavares Rolo.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Autorização, nos termos da alínea i) do nº 2 do Artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, para a doação do Palácio da Justiça de Oliveira do Hospital ao Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça.

III – Apreciação e votação, nos termos do artigo 36º do Decreto-Lei nº 156/78, de 30 de Junho, das listas dos candidatos a Juizes Sociais, a indicar por cada partido com assento na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital.

IV – Debate sobre floresta e prevenção de incêndios florestais.

A presente sessão teve o seu início com a votação da acta da sessão ordinária de 17 de Dezembro de dois mil e cinco, tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções.

Depois, o Sr. Carlos Rocha informou os presentes que, na convocatória relativa à sessão que hoje se realiza, deve ser feita a seguinte rectificação:

onde se lê “Em conformidade com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 50º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, ...”, dever-se-á ler “Em conformidade com o disposto no nº 1 do artigo 49º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção...”.

Seguidamente, após o Sr. Carlos Rocha ter dado conhecimento da correspondência recebida, entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido feitas as inscrições para as respectivas intervenções. Foi, então, dada a palavra ao Sr. Prof. Francisco Garcia, que fez a seguinte intervenção:

“Sem vos ocupar muito tempo, pretendo deixar aqui algumas breves questões, que coloco desde já ao Sr. Presidente da Câmara:

- Relativamente ao Mandanelho, quantas árvores foram plantadas? Quantas morreram? Porquê? Como têm sido regadas? O repuxo do Parque funciona bem? Está ligado onde? Ao poço? É para oxigenar a água?

- Obras na estrada Gavinhos / Oliveira do Hospital: constataram-se desde o início erros nos passeios nas entradas para as residências. É ou não verdade que o Senhor foi informado desde logo dos erros que se observavam, ou seja, desde o início? É ou não verdade que o Senhor foi informado atempadamente de que as rotundas iam terminar doentes? De quem é a responsabilidade dos erros cometidos? Foi feito algum inquérito para detectar os responsáveis? Quem perde com todo este estado de coisas? Por outro lado, quem ganha com isto? Ou não há quem ganhe? Quem se responsabiliza pelos custos de tamanhos erros? Quem vai pagá-los?”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. António dos Santos Lopes que iniciou a sua intervenção dando conhecimento que enviou um requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal no sentido de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal informação detalhada sobre a constituição e despesas relacionadas com o seu Gabinete de Apoio, bem como com o Gabinete de Apoio à Vereação. Congratulou-se com o facto de, quer a Assembleia, quer a Câmara Municipal terem enviado a resposta com diligência e considerou-a minimamente aceitável na medida em que já era do seu conhecimento que tinha sido nomeado mais um vereador em regime de tempo inteiro, o que explica o agravamento das respectivas despesas.

Informou ainda os presentes que também enviou à Mesa da Assembleia Municipal uma proposta para inclusão, na Ordem do Dia da presente sessão, de um “ponto” sobre “Floresta e Prevenção de Incêndios Florestais”, por considerar que “é no Inverno e na Primavera que se devem promover acções de prevenção e definição de meios”.

Seguidamente, congratulou-se pelo facto da Câmara Municipal ter mandado suspender as obras da Variante Nordeste / Nascente a Oliveira do Hospital, o que demonstra que não foram despropositadas as preocupações manifestadas na última Assembleia Municipal e que houve falhas técnicas neste processo.

Mencionando, depois, uma reclamação enviada pela Sra. Dra. Gabriela Carvalho, residente em Lisboa, sobre o eventual fornecimento gratuito de água a alguns munícipes residentes na Quinta da Meda, freguesia de Lourosa,

referiu que iria aguardar que a Câmara Municipal prestasse o respectivo esclarecimento, quer à reclamante, quer à própria Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Sr. António Lopes voltou a falar na necessidade de se determinar se a casa em ruínas que se situa nos Fiais da Beira e à qual se referiu na última sessão da Assembleia Municipal é ou não propriedade do Município, para que, se assim fôr, possa ser feita lá alguma intervenção.

Prosseguindo a sua intervenção, declarou que teve conhecimento que S.E. o Secretário de Estado das Obras Públicas pretende lançar, já no próximo mês de Março, o concurso para a obra do IC 6, em princípio na modalidade concepção/execução. No entanto, solicitou informações adicionais ao Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto e reforçou a sua disponibilidade para, no caso destes dados não se confirmarem, apoiar o desenvolvimento de acções que reivindiquem a execução urgente deste investimento.

Seguidamente, dirigindo-se aos membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista, apelou a que, atendendo à ligação que têm com o Governo, intervenham no sentido de se conseguir o melhor desfecho para algumas questões preocupantes para o município, como é o caso da execução do IC 6 e do eventual encerramento de escolas do ensino básico e do serviço de atendimento permanente de Oliveira do Hospital.

Por fim, regozijou-se com a deliberação tomada pela Câmara Municipal no sentido de apoiar a construção do Centro Paroquial e Social de Ervedal da Beira, apesar de desejar que haja um reforço da verba atribuída (cento e cinquenta mil euros) e de entender que, também aqui, o Governo devia ter outro empenhamento.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino que fez a seguinte declaração:

“Como é a minha primeira intervenção depois das eleições autárquicas, não podia deixar de dar os parabéns ao Sr. Prof. Mário Alves – tardios mas sinceros –, pela sua reeleição como Presidente da Câmara Municipal, já que penso que esta vitória e a vitória da sua equipa se deve à sua figura. Também queria fazer uma saudação especial a todos os eleitos, sobretudo àqueles que são novos, que vêm pela primeira vez servir o concelho, independentemente dos partidos onde militam. Penso que todos comungam de um princípio fundamental, que tem como lema a defesa dos interesses das nossas populações, das nossas aldeias, das nossas freguesias e, por conseguinte, do nosso concelho. Esta visão não é, nem nunca será, uniforme. E a sua grande riqueza é que ela seja diversificada, pois todos temos o direito de pensar que o melhor caminho é aquele e não o outro, mesmo que esses caminhos cheguem ao mesmo objectivo. E quase poderia citar aqui um pequeno exemplo: para chegarmos à minha freguesia – Ervedal – tanto posso ir por Lagares como por Andorinha. Essa é a grande riqueza que cada cidadão tem em pensar de modo diferente, mesmo que persigam objectivos comuns. Penso que isso é fundamental e que nós perseguimos, aqui e entre todos, objectivos comuns. Isto quer dizer que a oposição tem que tentar, com verdade e com respeito pelos executores da política deste concelho, e que, por sua vez, os executores da política devem também respeitar essas opiniões divergentes e tirar as

ilações que acharem que devem tirar porque foram eleitos para governar este concelho. Ninguém é dono da verdade nem ninguém terá a razão sempre do seu lado.”

Depois, lamentou o recente encerramento de duas unidades fabris no concelho e chamou a atenção de todos para a necessidade de se estudarem soluções para a criação de alguns postos de trabalho que ajudem a minimizar os efeitos adversos das situações de desemprego ora criadas.

Seguidamente, referiu que queria fazer uma saudação muito especial ao jornal “Correio da Beira Serra”, desejando que se norteie por determinados princípios, fazendo a notícia independente, dando a notícia quando a tiver que dar, e que não seja oposição a ninguém, sobretudo a pessoas.

O Sr. Prof. José Carlos Alexandrino congratulou-se também pelo facto de, no anterior mandato, a Assembleia Municipal não ter aprovado a cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, tanto mais que já se chegou à conclusão que tal liquidação não favorece os municípios mas as empresas de redes e serviços de comunicações electrónicas.

De seguida, registou com agrado a forma como, na última sessão da Assembleia Municipal, o PSD distribuiu, pela oposição, alguns lugares das diversas comissões que foram eleitas.

Também se congratulou com a recente aquisição, por parte do Município, de duas carrinhas de dezasseis lugares, que em muito vêm contribuir para o desenvolvimento do apoio ao desporto e à cultura do concelho.

Depois, solicitou informação ao Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação de duas importantes obras para a zona da Cordinha: o Pólo Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico do Seixo e a Variante Nossa Senhora da Estrela, no Seixo da Beira.

Referindo-se, de seguida, à ex-EN 231-2 (Oliveira do Hospital / Felgueira Velha), chamou a atenção para a necessidade de se definir quem detém a responsabilidade da sua manutenção e de, no mínimo, ser aplicada a sinalização horizontal, para uma maior segurança de quem circula naquela via.

Por fim, declarou que é necessário reformular todo o território educativo e que, concretamente no que respeita ao da zona da Cordinha, não concordava com a política “cega” que este Governo está a seguir no encerramento das escolas. Neste delicado processo, prosseguiu, deve haver uma análise e uma negociação cuidadas, bem como não pode deixar de haver a devida auscultação das autarquias envolvidas. Ainda no que respeita à zona da Cordinha, referiu que há um eixo central que tem que ser salvaguardado: a escola-sede da Cordinha, a escola de Vila Franca e o Pólo do Seixo. Além disso, para elevar a qualidade educativa, Vila Franca da Beira precisa ter um salão polivalente onde se forneçam as refeições aos alunos.

Seguidamente, interveio o Sr. João Abreu que, relativamente à rede viária, referiu que era importante que a Câmara Municipal desse informação sobre o ponto de situação dos IC’s e da ex-EN 231-2, bem como da estrada Lagares da Beira / Meruge / Limite do Concelho.

Depois, expressou a sua preocupação com o encerramento de empresas, nomeadamente da Carrera e da Infinitum, e manifestou a sua solidariedade aos trabalhadores, que perderam o seu posto de trabalho, e ao concelho que, necessariamente, ficou mais pobre. Prosseguindo, referiu que, apesar da Assembleia e da Câmara não serem responsáveis pela gestão empresarial, era importante que estes órgãos dessem um sinal, um alerta, sobre aquilo que pode vir a ser uma catástrofe social para o concelho, uma vez que a base fundamental do emprego está no sector das confecções. Assim, é importante e urgente a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o concelho que passe por alternativas ao sector do vestuário, como a promoção de instrumentos de divulgação e de afirmação das potencialidades turísticas.

Em seguida, o Sr. João Abreu perguntou qual é o ponto de situação da construção, pelas Águas do Zêzere e Côa, das novas ETAR's e ETA's, infra-estruturas essenciais para a qualidade de vida de todos os munícipes e para a salvaguarda ambiental.

Por fim, declarou que um órgão como a Assembleia Municipal, com a representatividade política que detém, não pode ficar indiferente à “ofensiva” que o governo está a fazer aos serviços públicos, desta vez às escolas e aos serviços de atendimento permanente. O encerramento de escolas com reduzido número de alunos, continuou, é um verdadeiro ataque ao mundo rural e em muito irá contribuir para a continuação da desertificação das zonas rurais porque retira a vitalidade das aldeias.

No que respeita aos serviços de saúde, alertou para o facto de, a coberto da criação das unidades de saúde familiar, o Governo pretender encerrar os serviços de atendimento permanente, o que contraria o preceito constitucional que estabelece que o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação deve ser garantido, nomeadamente com a cobertura, em todo o País, em recursos humanos e unidades de saúde. No caso concreto de Oliveira do Hospital, prossegiu, atendendo a que existem duas unidades de saúde – uma pública e outra particular –, devem ser aproveitadas as potencialidades de ambas para a prestação de um melhor serviço de saúde à população. Assim, concluiu, a Assembleia e a Câmara Municipal não podem deixar que a população do concelho seja privada deste direito constitucional, que é o direito aos cuidados de saúde primários de proximidade.

Depois, tomou a palavra o Sr. Eng^o Carlos Inácio que iniciou a sua intervenção congratulando-se com a iniciativa que o Governo, o Município e a ACIC tiveram em avançar com a candidatura ao URBCOM, tendo questionado qual vai ser a intervenção concreta da autarquia neste projecto. Considerou de extrema importância este investimento na revitalização do comércio, que poderá contribuir para absorver algumas das situações de desemprego recentemente criadas com o encerramento das duas unidades fabris.

Seguidamente, realçou a iniciativa da ADIBER traduzida na realização de uma feira de produtos endógenos em Lisboa, na qual o Município de Oliveira do Hospital também se fez representar, divulgando o que de melhor se produz no concelho.

Sobre as intervenções feitas nesta sessão sobre o eventual encerramento de algumas escolas do ensino básico e do serviço de atendimento permanente, o Sr. Eng^o Carlos Inácio referiu que não basta fazer intervenções políticas e defender que os serviços têm que se manter abertos; há que apresentar alternativas aos problemas existentes.

Em relação a outra preocupação que assola Oliveira do Hospital – o desemprego –, referiu que o Presidente da Câmara tem que ser o motor do desenvolvimento deste concelho, tal como o Primeiro-Ministro e os Ministros o estão a ser para o País. Ainda neste aspecto, mencionou o esforço que está a ser feito em termos de Segurança Social, exemplificando com a antecipação, em dois anos, da entrada em vigor do Complemento Solidário para Idosos.

Por fim, congratulou-se com o ressurgimento do jornal “Correio da Beira Serra” e também felicitou o “Folha do Centro”, referindo a importância da existência destes dois órgãos de comunicação social.

Seguidamente, interveio o Sr. Eng^o Carlos Maia que começou por regozijar-se pelo reaparecimento do jornal “Correio da Beira Serra” que, na sua opinião, foi um marco neste concelho e um órgão de comunicação pluralista. Lamentou que o jornal não tivesse sido editado durante alguns anos, tanto mais que sempre contribuiu para denunciar situações incómodas relativas a algumas pessoas que, acrescentou, nem sempre souberam aceitar a crítica.

Reportando-se, depois, à Variante Nordeste / Nascente a Oliveira do Hospital, referiu que esperava que, desta vez, fossem apuradas as devidas responsabilidades em relação a quem tem a culpa dos erros e/ou omissões que surgiram na empreitada, tanto mais que estas situações têm vindo a ocorrer com alguma frequência, como aconteceu recentemente com o Parque do Mandanelho.

Depois, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que não podia aceitar que, havendo dois locais disponíveis no centro de Ervedal da Beira para a realização de eleições, ele tivesse determinado que as mesmas decorressem na Escola Básica da Cordinha, o que em muito veio dificultar a deslocação dos eleitores, sobretudo dos mais idosos.

Em seguida, voltou a mencionar a necessidade de se proceder à abertura de concurso público para a atribuição de lotes no Loteamento Camarário de Ervedal da Beira, que, após tantos anos de espera, se encontra concluído mas em relação ao qual se continua a aguardar a venda dos respectivos terrenos.

Prosseguindo, o Sr. Eng^o Carlos Maia perguntou, mais uma vez, para quando serão resolvidas as situações relativas à beneficiação da estrada Ervedal da Beira / Ponte da Atalhada e da estrada Ponte do Salto / Travancinha.

Seguidamente, manifestou a sua preocupação relativamente ao eventual encerramento do Serviço de Atendimento Permanente de Oliveira do Hospital, declarando que se torna urgente uma tomada de posição por parte dos órgãos municipais porque está em causa a prestação de um direito que a todos assiste.

Depois, solicitou informação ao Sr. Presidente da Câmara sobre qual o motivo que levou a que, aquando das obras de requalificação da cidade, não fosse beneficiada a travessa que se situa entre o edifício da Portugal Telecom e o Centro Comercial Areias.

Por fim, chamou a atenção para a necessidade de se proceder ao arranjo de uma pequena extensão da via situada junto ao recinto onde se realiza a feira mensal, em Oliveira do Hospital.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Prof. João Dinis que iniciou a sua intervenção fazendo a seguinte declaração sobre a crise que afecta o sector dos têxtil e do vestuário:

“De facto, há trabalhadoras e trabalhadores que continuam a trabalhar, muitas vezes sem que lhes paguem aquilo a que têm direito e, no nosso concelho de Oliveira do Hospital, isso acontece. E são alguns empresários deste concelho que caluniam o PCP e os comunistas. São esses que estão a encerrar as empresas – ou em vias de as encerrar –, a enviar para o desemprego dezenas de trabalhadores e de trabalhadoras e a “empurrar” para a angústia, perante o presente e o futuro, as suas famílias. O PCP, mesmo quando os trabalhadores não têm razão, está ao lado dos trabalhadores. Que ninguém tenha dúvidas! E, repito, empresários que estão em vias de encerrar empresas, que só ainda não as fecharam devido a uma série de “engenharias” de duvidosa eficácia e ainda mais duvidosa legalidade, caluniam o PCP e os comunistas, mas são esses que estão a encerrar as empresas e não os vejo apeados dos seus grandes carros e das suas grandes moradias.”

Ainda sobre esta matéria e depois de ter dirigido uma forte crítica aos partidos que, tendo estado no Governo, assinaram e ratificaram acordos que, na sua opinião, são os responsáveis pela actual situação (Organização Mundial do Comércio, União Europeia, Pactos de Estabilidade e Crescimento, entre outros), reforçou que a CDU está solidária com o momento difícil e com a angústia que passam os trabalhadores das confecções. Depois, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, referiu que, atendendo a que o que está a acontecer é particularmente complicado para este concelho, perguntou o que é que o Executivo tem feito para apoiar os trabalhadores que já estão desempregados e aqueles que estão em vias de ficar nessa situação.

Seguidamente, manifestou também a sua preocupação com o eventual encerramento dos serviços médicos de proximidade e questionou que esforços é que a Câmara Municipal está a desenvolver no sentido de impedir que tal situação se concretize.

No que concerne à execução de investimentos no concelho, declarou que, da sua parte, continuaria a lutar pela questão da estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha, em relação à qual possuía as declarações de S.E. o Secretário de Estado das Obras Públicas. Prosseguindo, referiu que, se se contabilizar os investimentos de “duvidosa” prioridade na zona urbana da cidade, bem como as despesas com as correcções a esses mesmos investimentos, verifica-se que atingem os milhões de euros. Assim, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre quando serão tomadas providências para a

melhoria da mencionada estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha e da estrada do Moinho do Buraco.

Depois, o Sr. Prof. João Dinis regozijou-se por terem sido acabadas de executar as últimas beneficiações da iluminação pública – ano de 2005 –, por ter começado a ser vedado o recinto da escola do ensino básico de Vila Franca e Aldeia Formosa e pelo apoio financeiro que a Câmara Municipal deu para as obras de requalificação de fontes tradicionais, lavadouros e espaços verdes em Vila Franca da Beira.

Por fim, depois de ter feito uma saudação ao jornal “Correio da Beira Serra” e a todos os órgãos de comunicação social do concelho, propôs à Assembleia Municipal a aprovação da seguinte recomendação:

“ORÇAMENTO DE ESTADO DEVE PAGAR O CUSTO DO PREENCHIMENTO E ENVIO, ATRAVÉS DAS JUNTAS DE FREGUESIA, DAS DECLARAÇÕES DE IRS.

As Juntas de Freguesia estão a ser contactadas pelos Serviços de Finanças com o objectivo de serem as próprias Juntas de Freguesia a preencherem e a enviarem pela internet, as declarações de IRS dos cidadãos nisso interessados.

Ao mesmo tempo, é pública uma campanha do Governo em torno da pretendida desburocratização de serviços públicos...

Porém, ao mesmo tempo que contactam as Juntas de Freguesia e as “aliciam” para o efeito, por exemplo com eventual formação específica para a tarefa, os Serviços de Finanças não dizem nada quanto ao pagamento, às Juntas de Freguesia, do trabalho e da responsabilidade inerentes. Ora, isso significa estarem as Finanças à espera que as Juntas trabalhem e se responsabilizem, “à borla”, por uma tarefa de especial melindre ou, então, que façam repercutir sobre os cidadãos os respectivos custos. Além do mais, e conhecidas que são as dificuldades de toda a ordem com sistemas congéneres a “carregar” pela internet, maiores são as responsabilidades a assumir.

Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital declara-se solidária com as Juntas de Freguesia e recomenda ao Governo a definição prévia de um “protocolo”, a negociar com a ANAFRE, enquanto representante das freguesias, onde fique definido o quadro institucional em que a tarefa se desenvolva, bem como os correspondentes e justos pagamentos às Juntas de Freguesia interessadas, através do Orçamento de Estado.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a presente proposta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que iniciou a sua intervenção referindo que, em relação aos pedidos de informação sobre o funcionamento da autarquia, gostaria de esclarecer que, actualmente, a Câmara não tem um vereador a mais; no anterior mandato é que teve um vereador a menos. Acrescentou ainda que não tem qualquer problema em prestar todos os esclarecimentos e, para que todos os membros da Assembleia Municipal saibam e para que a comunicação social, se assim o entender, possa utilizar para a primeira página, deu conhecimento que aufer a remuneração ilíquida de quatro mil duzentos e oito euros trinta e cinco cêntimos, desconta duzentos e setenta e seis euros trinta e três cêntimos para a taxa social única,

trinta e um euros setenta e dois cêntimos para a A.D.S.E. e mil e noventa e dois euros para o I.R.S., pelo que recebe mensalmente a importância líquida de dois mil oitocentos e oito euros e trinta cêntimos. Além disso, continuou, se alguém quiser, poderá autorizar que consultem o seu extracto bancário desde que veio para Oliveira do Hospital, esperando que todos os que lançam dúvidas e insinuações sobre a sua vida, estejam disponíveis para fazer o mesmo.

Seguidamente, referindo-se à questão do abastecimento de água à Quinta da Meda, deu conhecimento que as “ligações directas” que existem são provenientes de mangueiras que são ligadas a fontanários numa zona daquela povoação que ainda não possui abastecimento de água ao domicílio. Esta situação é autorizada porque os munícipes não têm outra alternativa em termos de origem de abastecimento de água, uma vez que a fonte de captação local se tornou insuficiente. No entanto, concluiu, toda a localidade será abrangida brevemente pelo abastecimento público de água.

Depois, esclareceu que a casa dos Fiais da Beira a que referiu o Sr. António Lopes não está registada em nome do Município. Assim, a confirmar-se a sua propriedade, torna-se necessário proceder ao seu registo e, então, poder-se-á intervir na sua reabilitação.

No que respeita ao IC 6, informou que não teve qualquer informação sobre o processo da parte da Secretaria de Estado das Obras Públicas. No entanto, do que teve conhecimento, soube que o projecto já foi adjudicado e que será entregue no final do mês de Fevereiro, pelo que, a partir daí, estarão reunidas as condições para a abertura do concurso público com vista à execução da obra.

Referindo-se, depois, ao encerramento de algumas escolas, declarou que, tendo em consideração a importância dos aspectos pedagógicos e sociais, não deve haver lugar a dramatismos pois, em muitos dos casos, obter-se-ão melhores resultados com esta solução do que se, por exemplo, houver um único professor a leccionar aos quatro anos do primeiro ciclo do ensino básico. O que é importante e é o que está a ser feito pela Câmara Municipal, continuou, é a melhoria das condições de aprendizagem e sociabilização dos alunos, sem criar qualquer prejuízo.

No que respeita ao eventual encerramento do Serviço de Atendimento Permanente de Oliveira do Hospital, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento que, no dia treze do corrente mês de Fevereiro, participou numa reunião com o Sr. Presidente da Administração Regional da Saúde do Centro e que entendeu que a mesma serviu para que, de alguma forma, se inicie o processo de encerramento de diversos S.A.P.'s existentes no país, nomeadamente no período das 00h00 às 08h00. Nessa mesma reunião, na qual também estava presente o Governador Civil, deixou bem claro que, caso tal medida se concretize, será o primeiro a avançar com uma manifestação de protesto contra o referido encerramento pois Oliveira do Hospital não pode ficar privada deste serviço público essencial.

Assim, na sequência da deliberação da Câmara Municipal, sugeriu que fosse tomada uma posição conjunta dos dois órgãos municipais no sentido de

manifestar, junto do Ministério da Saúde, a total oposição ao eventual encerramento do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital no período das 00h00 às 08h00, porquanto:

1. O município de Oliveira do Hospital tem uma população residente de 22.112 habitantes e uma taxa cada vez maior de população idosa;
2. Tem uma área de 235 km², possui 21 freguesias e algumas povoações que distam 30 e 40 km da sede do município, situadas em zona montanhosa;
3. As deficientes acessibilidades inter-regionais, concretamente no que respeita ao atraso na execução do I.C. 6 e do I.C. 7, impedem que uma grande parte dos munícipes tenha acesso à prestação de cuidados de saúde fora do município em menos de 60 minutos;
4. De acordo com os dados disponibilizados pela A.R.S. Centro em reunião realizada no dia 13 de Fevereiro de 2006 no Governo Civil, o número de atendimentos no S.A.P. de Oliveira do Hospital entre as 00h00 às 08h00 é um dos maiores do distrito de Coimbra;
5. Oliveira do Hospital é o único município do alto distrito que possui uma unidade industrial que labora 24 horas por dia, com um total de 204 funcionários (SONAE Indústria, SGPS, S.A.);
6. O Centro de Saúde de Oliveira do Hospital está a ser alvo de obras de ampliação e melhoramento das suas instalações, sobretudo ao nível do S.A.P., com um investimento total de 251.000,00 € (Duzentos e cinquenta e um mil euros);
7. A existência da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital potencia o aumento da população residente a conjuntamente do número de utentes do S.A.P..

Assim, concluiu, esperava que a Assembleia Municipal esteja do lado do Executivo para ser elaborado um documento comum que defenda os interesses da população do Município de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, referindo-se à Variante Nordeste / Nascente a Oliveira do Hospital, o Sr. Presidente da Câmara declarou que nem ele nem os vereadores fazem projectos. Os projectos são elaborados pelos gabinetes que vencem os respectivos concursos, pressupondo-se que são bem elaborados. No entanto, existe sempre o cuidado de, previamente ao lançamento dos concursos para a execução das obras, serem analisados pelos Serviços Técnicos da autarquia, para verificação de eventuais lacunas. Assim, quando os processos lhe são entregues pelos serviços com vista à elaboração de despacho ou deliberação de abertura do respectivo procedimento, parte do princípio que os projectos foram analisados e os respectivos erros sanados. Além disso, continuou, sempre deu orientações no sentido de, preferencialmente, as estimativas de custos serem feitas por excesso, precisamente para evitar a ocorrência de trabalhos a mais. No caso concreto da Variante Nordeste / Nascente, prosseguiu, inicialmente estava prevista a execução de uma praceta oval na zona norte do cemitério. No entanto, devido a um problema entretanto surgido com as cotas de soleira dos antigos armazéns H. Ruas, houve necessidade de abandonar esta solução e construir uma rotunda mais para nascente,

mantendo o arruamento que existia para dar serventia aos mencionados armazéns e a mais duas habitações. Um outro problema entretanto surgido foi devido ao facto dos Serviços Técnicos, aquando do lançamento do concurso, não terem estabelecido no Caderno de Encargos que a escavação era para ser feita em qualquer tipo de terreno, o que levou a custos acrescidos devido ao facto de ter sido encontrada muita rocha, sobretudo na zona do lado da IRAL. Ainda em relação a este aspecto, referiu que, apesar de não ser Técnico e de não ter sido questionado sobre esta situação, na sua opinião, dever-se-ia ter encurtado a distância entre as duas rotundas, de forma a reduzir o impacto de corte e, assim, diminuir os respectivos custos.

Depois, referindo-se ao facto do Sr. Eng^o Carlos Inácio ter dito que o Presidente da Câmara devia ser o motor do desenvolvimento local, esclareceu que, em termos dos problemas ora surgidos com o encerramento das unidades fabris, o campo de acção está muito limitado, ou seja, o Presidente da Câmara e a própria Câmara Municipal não se podem substituir à iniciativa privada, pouco mais podendo fazer do que serem solidários com os desempregados e incentivar o aparecimento de novas dinâmicas de emprego. Assim, no imediato, as hipóteses de emprego que existem no concelho não vão muito além dos lares de idosos que se encontram a ser construídos, dos dois novos estabelecimentos de comércio a retalho, da renovação do comércio tradicional e da dinamização da agricultura. Além disso, a Câmara Municipal tem estado em conversações e a motivar empresários interessados em investir em Oliveira do Hospital mas, como é óbvio, podem ou não vir a concretizá-los. No que respeita ao URBCOM, deu conhecimento que, a partir do dia um do próximo mês de Março, todas as quartas-feiras, durante o período da tarde, dois técnicos superiores da A.C.I.C. estarão no edifício dos Paços do Município para prestar todos os esclarecimentos e apoio necessários à concretização das candidaturas a este sistema de incentivos, bem como promoverão o contacto pessoal com os comerciantes com vista à sua motivação. Além disso, será apresentada uma candidatura para constituição e funcionamento da Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC), com vista ao acompanhamento e gestão do projecto de urbanismo comercial da área de intervenção.

Seguidamente, voltou a esclarecer que a estrada Ervedal da Beira / Ponte da Atalhada é uma estrada regional, pelo que compete ao Governo a sua beneficiação, razão pela qual já falou com S.E. o Secretário de Estado das Obras Públicas sobre a necessidade da sua execução. Depois, informou que o projecto da “EM 504 e EM 504-2 – Lagares da Beira/Limite do Concelho/Meruge”, bem como o da “EM 507 e EM 507-1 – EN 230 / Limite do Concelho / Pólo Industrial do Seixo da Beira” já se encontram concluídos, pelo que espera proceder à abertura dos respectivos concursos dentro de pouco tempo. No que respeita à estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha, deu conhecimento que, na posse do levantamento dos custos para a sua beneficiação, vai solicitar uma nova audiência a S.E. o Secretário de Estado das Obras Públicas para, definitivamente, ser encontrada uma solução no sentido de, se o Governo não intervier naquela via, autorizar que a Câmara

Municipal o faça e participando nas respectivas despesas, através de contrato-programa.

O Sr. Presidente da Câmara deu ainda conhecimento que a empresa Águas do Zêzere e Côa já procedeu à abertura de alguns concursos, nomeadamente para as novas E.T.A. e E.T.A.R., para a condução de adução do norte e para o depósito na zona do Seixo da Beira, bem como para a condução de adução desde a Serra até Oliveira do Hospital. Outro aspecto importante a realçar, concluiu, é facto de haver a possibilidade das Águas do Zêzere e Côa também virem a incluir o fornecimento em baixa, o que, a acontecer, será benéfico para o Município.

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara disse que vai providenciar no sentido de ser remetido a todos os membros da Assembleia Municipal cópia dos extractos das actas das reuniões do Executivo onde se encontram as explicações para o facto de não ter sido pavimentada a travessa que se situa entre o edifício da Portugal Telecom e o Centro Comercial Areias.

Seguidamente, o Sr. Prof. Francisco Garcia interveio para referir que, relativamente ao eventual encerramento do S.A.P., queria deixar perfeitamente claro que estava absoluta e incondicionalmente ao lado do combate ao seu encerramento, desde que não sejam apresentadas alternativas muito favoráveis ou, pelo menos, boas. De seguida, referindo que poderia ser outro argumento a utilizar para o não encerramento do S.A.P., aconselhou o Sr. Presidente da Câmara a “criar uma Portaria que obrigue os automobilistas a circular com “pirilampos” bem visíveis, de modo a evitar o aumento de acidentes nas auto-estradas vicinais”. Por fim, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, referiu que o facto dele não ter respondido às suas questões era um sinal de profundo esclarecimento. A sua não resposta era esclarecedora.

Depois, o Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para clarificar o teor da sua anterior intervenção. Assim, esclareceu que o sector dos têxteis e das confecções atravessam um momento difícil, nomeadamente devido à questão da Organização Mundial do Comércio. De facto, continuou, concerteza que há empresários oliveirenses sérios e ainda bem pois os empresários que cumprem com os seus deveres até ao fim merecem a consideração de todos. No entanto, nesta situação que agora se vive, as principais e mais inocentes vítimas são os trabalhadores, pelo que a primeira solidariedade da CDU e do PCP é para com eles. Por fim, reconheceu a unanimidade da Assembleia Municipal na proposta de recomendação por ele apresentada sobre o preenchimento, pelas Juntas de Freguesia, das declarações de IRS.

Terminadas as intervenções, entrou-se no Ponto I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município –, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal dado conhecimento da realização das seguintes reuniões e participação em eventos:

Dia	Reunião/Evento
19.DEZ	Entrega de Certificados – Encerramento do Curso de Cozinha de 2ª
21.DEZ	Apresentação da Obra “Mãe d’ Água”, da autoria do Dr. Correia das Neves
29.DEZ	Assembleia Geral da ADESA – Penacova
06.JAN	Comemoração do Dia de Reis – Casa da Cultura
12.JAN	Reunião com Administração da Fundação Aurélio Amaro Dinis
20.JAN	Reunião com Administrador Delegado da Águas do Zêzere e Côa, Eng. Gravata Filipe
25.JAN	Sessão de Esclarecimento do MODCOM
26.JAN	Reunião com Empresário
27.JAN	Conselho Municipal da Educação
31.JAN	Reunião da Comissão Distrital de Segurança Rodoviária – Governo Civil
31.JAN	Reunião com Governador Civil – Assunto: Encerramento da CARRERA

Dia	Reunião/Evento
01.FEV	Sessão de apresentação do Projecto “Bem Crescer”, da Obra D. Eugénia Garcia Monteiro de Brito – Casa da Cultura
02.FEV	Sessão de Sensibilização para Manipuladores de Alimentos – Casa da Cultura
06.FEV	Reunião com Comissão de Melhoramentos da Gramaça
13.FEV	Apresentação de cumprimentos do Supervisor do Agrupamento de Zonas Agrárias do Pinhal e Beira Serra, Dr. António Ferreira
13.FEV	Reunião com Presidente da ARS Centro – Governo Civil
14.FEV	Reunião da Comissão de Licenciamento Comercial
15.FEV	Reunião de Accionistas da Águas do Zêzere e Côa – Fundão
16.FEV	Reunião com Editorial Moura Pinto
16.FEV	Sessão de apresentação do Estudo Global do URBCOM de Oliveira do Hospital
22.FEV	Reunião com DRABL e Presidente da Comissão Mista – PDM – Desafecção RAN
23.FEV	Conselho Local de Acção Social – CLAS – da Rede Social

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez o seguinte ponto de situação das diversas candidaturas da Câmara Municipal:

Projecto	Ponto de Situação
- Criação de espaços públicos de acesso à <i>internet</i> na Biblioteca e na Ludoteca de Lagares da Beira	Homologada a candidatura à Medida 4.3 do Eixo 4 do POSC – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento.
- Programa de apetrechamento informático das escolas do ensino pré-escolar da rede pública (computadores e <i>software</i> educativo)	Homologada a candidatura à Medida 4.3 do Eixo 4 do POSC – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento.
- Programa FORAL – Formação Contínua de funcionários e agentes da Câmara Municipal	Encerrada a candidatura à Medida 1.6 do Eixo I do Programa Operacional da Região Centro
- URBCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial	O Estudo Global de Oliveira do Hospital foi aprovado e apresentado publicamente no dia 16 do corrente mês de Fevereiro. O período de apresentação das candidaturas individuais das empresas decorre de 13 de Fevereiro a 15 de Maio de 2006.

Seguidamente, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia - II – Autorização, nos termos da alínea i) do nº 2 do Artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, para a doação do Palácio da Justiça de Oliveira do Hospital ao Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça.

Depois do Sr. Presidente da Câmara Municipal ter reforçado as informações sobre esta matéria que se encontravam na documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Carlos Mendes solicitou informação sobre o ponto de situação da recuperação das Casas dos Magistrados, situadas no Largo Ribeiro do Amaral, nesta cidade. O Sr. Presidente da Câmara informou que já foi obtido o parecer favorável por parte do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas para a construção da nova Biblioteca Municipal naquele edifício, pelo que brevemente será lançado o respectivo concurso de execução.

Seguidamente, interveio o Sr. João Abreu para declarar que o Município de Oliveira do Hospital devia exigir contrapartidas por esta doação, tendo o Sr. Presidente da Câmara referido que tal não seria correcto porque o Palácio da Justiça apenas está registado em nome do Município porque foi a Câmara Municipal que o construiu e que adquiriu o respectivo terreno, apesar de o ter feito com dinheiro transferido do Ministério da Justiça.

Depois destes esclarecimentos, foi a presente proposta colocada à votação, tendo sido autorizada por maioria, com três abstenções, a doação do Palácio da Justiça de Oliveira do Hospital ao Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça.

Entrando-se, depois, no ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos do artigo 36º do Decreto-Lei nº 156/78, de 30 de Junho, das listas dos candidatos a Juizes Sociais, a indicar por cada partido com assento na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital – foi feita a apresentação das seguintes listas:

INDICADA PELO PSD:

Nome	Morada
Adília Maria Fonseca Duarte	Vila Pouca da Beira
Alzira Maria Almeida Tavares Fontes Frade	Vila Franca da Beira
Ana Isabel Martins Rodrigues Ferrão	Negrelos – Travanca de Lagos
António Manuel Mendes Madeira	Lagos da Beira
Arnaldo Fernando Abrantes Figueiredo	Travanca de Lagos
Diana Maria Simões de Ascensão Matias	Ervedal da Beira
Diorema da Graça Lopes Coelho	Seixo da Beira
Esmeralda Simões Pombo Albuquerque	Ervedal da Beira
Fernanda Santos Paulino Campos	Lagares da Beira
Gabriel da Silva Álvaro	Aldeia das Dez
Laura Maria Mendes Sousa Quaresma Miranda	Santa Ovaia
Maria da Conceição dos Santos Damião	Lagares da Beira

Maria da Glória Pereira de Almeida Borges Gonçalves	Oliveira do Hospital
Maria de Fátima Fernandes Marques Coelho Costa	Bobadela
Maria de Fátima Inocêncio Sousa Pereira	Oliveira do Hospital
Maria de Lurdes dos Santos Marques Silva	Casal de Abade – Lourosa
Maria Graciosa Rosa Fontinha Nunes	Vila Pouca da Beira
Maria José Costa e Silva Falcão de Brito	Lagares da Beira
Maria José da Costa Gonçalves	Avô
Mário Filipe Basílio	Nogueira do Cravo
Paulo Miguel Fernandes Cruz	São Sebastião da Feira
Ramiro Oliveira Miranda	Lageosa
Regina Manuela Passinho Ferrão	Oliveira do Hospital
Rogério Lopes Duarte	Oliveira do Hospital
Rui Paulo Martins Monteiro	Oliveira do Hospital
Sandra Margarida Matias Andrade Fidalgo	Oliveira do Hospital
Sílvia Gabriela de Moura Santos Correia	Oliveira do Hospital
Telma da Conceição Correia Martinho	Oliveira do Hospital
Telmo Mateus Esteves	Lagares da Beira
Vitor Manuel Dias Duarte	São Paio de Gramaços

INDICADA PELO PS:

Nome	Morada
Aldina Henriques Lopes Cunha Neves	Pinheiro dos Abraços - Bobadela
António Luís Morais e Cunha Vaz Pato	Oliveira do Hospital
António Pedro Oliveira Ribeiro Campos	Oliveira do Hospital
António Raul Dinis Costa	Forninhos - Lagares da Beira
Arménio Ramos Rodrigues	Oliveira do Hospital
José Carlos Gonçalves Marques	Lagares da Beira
José Manuel da Silva Borges Gonçalves	Oliveira do Hospital
Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo	Oliveira do Hospital
Maria Cristina Marques de Sousa Carvalho	S. Paio de Gramaços
Olga Maria Filipe Bandeira	Lagares da Beira
Rui Manuel Aguiar Lopes Dias	Vendas de Gavinhos OHP
Sónia Sofia Correia Martins	Oliveira do Hospital

INDICADA PELA CDU:

Nome	Morada
Alice Maria da Silva Pereira Lameiras	Vila Franca da Beira
José Augusto Tavares Nunes	Oliveira do Hospital
Luís Martins Almeida	Nogueira do Cravo OHP

Nome	Morada
Alice Maria da Silva Pereira Lameiras	Vila Franca da Beira
José Augusto Tavares Nunes	Oliveira do Hospital
Luís Martins Almeida	Nogueira do Cravo OHP

Feita a apresentação das listas dos candidatos a Juizes Sociais, foram as mesmas sujeitas a votação global por escrutínio secreto, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Seguidamente, entrou-se no ponto IV – Debate sobre floresta e prevenção de incêndios florestais –, tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que prestou as seguintes informações sobre o que o Município de Oliveira do Hospital fez neste domínio:

Julho de 2004 – Ao abrigo da Lei nº 14/2004, de 8 de Maio, foi criada a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI).

Novembro de 2004 - Assinatura do Acordo de Colaboração para a constituição e funcionamento do Gabinete Técnico Florestal, celebrado entre a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF) e o Município de Oliveira do Hospital.

Dezembro de 2004 ** - Esta candidatura insere-se no REG. CE nº 1257/99, do Conselho, de 17 de Maio, expresso no REG. CEE nº 1783/2003, do Conselho de 29 de Setembro. O seu âmbito e enquadramento encontram-se definidos no Eixo Prioritário III do Programa de Desenvolvimento Regional, Programas Operacionais de âmbito regional, na Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural – Medida AGRIS, Acção 3 “Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas”. A Portaria nº 327/2003 de 21 de Abril serviu de base a este tipo de candidaturas tendo sido entretanto alterada pela Portaria nº 149/2004.

Apresentação de duas candidaturas à Medida 3.4 do Programa AGRIS “Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos”. Constam destas candidaturas a elaboração de Planos Orientadores de Prevenção e Defesa Contra Fogos Florestais para o concelho, abrangendo dois grandes domínios:

- a) Redução do Risco de Ignição e Prevenção de Incêndios:

	Zona Norte	Zona Sul	Total
Construção de Caminhos	2,930 km	10,120 km	13,05 km
Beneficiação de Caminhos	54,638 km	152,844 km	207,48 km
Faixas Corta Fogo (Rede Viária e Aglomerados Populacionais)	160 ha	380,21 ha	540,21 ha
Construção de Pontos de Água	6	6	12
Construção de Parques de Lazer	4	3	7
Sinalização			
Pórticos	4	4	8
Direccionais	500	500	1 000

b) Detecção e Intervenção Precoce em Situação de Incêndio:

	Zona Norte	Zona Sul	Total
Viatura	1	1	2
Vigilância Móvel	Sim	Sim	

De salientar que estas Candidaturas contemplavam investimentos para os anos 2005 a 2008, sendo que os projectos deverão estar concluídos em Setembro de 2008. Os investimentos propostos estão assim divididos:

	Área (ha)	Investimento Proposto	Financiamento	Anos
Zona Norte	13.352,30	457.243,71€	80%	2005-2008
Zona Sul	8.336,40	842.199,94€	80%	2005-2008
Total	21.688,70 *	1.299.443,65€	80%	

*A área aqui apresentada não corresponde à área do Município (23 455 ha), uma vez que se excluiu a área pertencente ao Perímetro da Sr^a. das Necessidades, para a qual a Direcção Regional também efectuou uma candidatura

Fevereiro de 2005 – Criação do Gabinete Técnico Florestal.

Maio de 2005 – Tendo presente o Regulamento do Conselho de Ministros nº 63/2005, de 14 de Março, o Município de Oliveira do Hospital em parceria com as Corporações de Bombeiros, apresentou candidatura ao Programa Voluntariado Jovem para as Florestas, promovido pelo Instituto Português da Juventude (IPJ) com o lema “Vamos Vigiar a Nossa Floresta”.

Este programa envolveu vinte e quatro elementos, através da criação de quatro brigadas de seis elementos cada, que desenvolveram essencialmente acções de prevenção e vigilância dos espaços rurais, entre os meses de Junho, Julho e Agosto de 2005.

Maio de 2005 – Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI).

Maio de 2005 – No âmbito do Despacho Conjunto nº 256/2004 do Ministério da Agricultura Desenvolvimento Regional e Pescas (MADRP) e Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST), o Município apresentou candidatura ao desenvolvimento de Programas Ocupacionais na área da Prevenção de Incêndios Florestais.

Foram seleccionados cinco elementos que desenvolveram acções preventivas entre os meses de Junho e Dezembro de 2005.

Junho de 2005 – A fim de complementar as acções de prevenção e de vigilância dos espaços rurais, o Município apresentou candidatura ao Programa de Apoio à Vigilância Móvel nos Espaços Rurais, denominado Brigadas Autárquicas de Voluntários, promovido pela Direcção Geral dos Recursos Florestais.

Foram criadas duas Brigadas de dois elementos cada, que desenvolveram as acções nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2005.

Junho de 2005 – Implementação do Programa de Prevenção, Vigilância, 1ª Intervenção e Combate aos Fogos Florestais.

Julho de 2005 – O incêndio ocorrido entre os dias 19 e 23 de Julho, nas Freguesias de Aldeia das Dez e de Alvôco das Várzeas, que consumiu 752 hectares, ameaçando populações, bens e habitações, motivou a activação, no dia 20, do Plano Municipal de Emergência (PME) e convocação do Centro Municipal de Operações de Emergência e de Protecção Civil (CMOEPIC).

Setembro de 2005 – Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI).

Setembro de 2005 ** - Ao abrigo do Despacho Normativo nº 35/2005, o Município apresentou candidatura ao Programa de Apoios financeiros do Fundo Florestal Permanente para os anos de 2006 e 2007, na Área 1, Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndio, e para as seguintes acções:

↳ Acção 1.1 – Intervensões de Silvicultura Preventiva e Outras Operações de Redução de Combustíveis:

	Área total a intervir (ha)
Faixas em redor de Aglomerados Populacionais (100 metros) e Faixas em redor de Espaços Industriais (50 metros)	313

↳ Acção 1.2 – Sinalização de Áreas Prioritárias de Acesso Condicionado;

↳ Acção 1.3 – Vigilância

↳ Acção 1.4 – Apoio a Campanhas de Sensibilização dos Cidadãos para a Defesa da Floresta Contra Incêndios

Valor do Investimento Proposto	287.057,17€	Financiamento 100%	2006 – 2007
--------------------------------	-------------	--------------------	-------------

Novembro de 2005 ** - Ao abrigo do Decreto-lei nº 94/2004 de 22 de Abril, o Município apresentou candidatura a duas Equipas de Sapadores Florestais, para actuar em todo o Concelho, em acções de prevenção, primeira intervenção e rescaldo e, excepcionalmente, ao apoio ao combate.

** Relativamente às Candidaturas assinaladas, não dispomos actualmente, de qualquer tipo de informação sobre a decisão tomada pelas entidades competentes.

Seguidamente, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento do que o Município de Oliveira do Hospital se propõe fazer neste domínio:

Março de 2006 – Conclusão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

Março de 2006 – Comemorações do Dia Mundial da Floresta, junto da comunidade escolar.

Março – Dezembro de 2006 – No caso das candidaturas apresentadas serem aprovadas, tencionamos desenvolver os trabalhos de prevenção nelas previstas. Implementação das medidas previstas no PMDFCI.

Março – Dezembro de 2006 – Sensibilização das Populações.

Março – Dezembro de 2006 - Reuniões da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Março – Dezembro de 2006 – Candidaturas a Programas de Apoio à Prevenção de Incêndios.

Por fim, o Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento que se encontra na Assembleia da República o projecto diploma que irá revogar o Decreto-lei 156/2004, de 30 de Junho (Quadro Orientador das Medidas e Acções a Desenvolver no Âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios).

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobre esta matéria, tomou a palavra o Sr. António Lopes para declarar que muitas das questões que pretendia levantar já tinham sido respondidas pelas informações prestadas pelo Sr. Presidente. Realçou ainda a necessidade de se construírem novos pontos de água, nomeadamente em Vila Franca da Beira (onde já existe um terreno disponível para o efeito), e o facto de muito do trabalho que o Município pretende realizar estar dependente da aprovação de diversas candidaturas por parte do Governo.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, na realidade, um dos factores que importa investir é na construção de pontos de água, pelo que ainda pretende proceder à construção de dois ou três no corrente ano, utilizando um projecto-tipo.

Seguidamente, o Sr. António Lopes solicitou autorização para prestar alguns esclarecimentos sobre o período de antes da Ordem do Dia, tendo começado por, referindo-se à intervenção do Sr. Engº Carlos Inácio, declarar que o facto de metade das escolas de alguns distritos encerrarem constitui uma hecatombe. Depois, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que não percebia a sua resposta ao requerimento que dirigiu à Mesa, porque tem tido o

cuidado de nunca tratar de questões pessoais, e que não era correcto o facto dele se desculpar com os seus subordinados. Prosseguindo, referiu que fica atónito com o facto de um Presidente da Câmara ou de qualquer outro responsável dizer que pouco pode fazer perante as situações de desemprego. O partido que representa, continuou, há vinte anos que alertou para o facto da União Europeia não ser uma solução para Portugal, o que, infelizmente, veio a ser demonstrado com os problemas que têm surgido a vários níveis, nomeadamente no desemprego.

Tomou, depois, a palavra o Sr. Prof. João Dinis que começou por registar com agrado a inclusão, na Ordem do Dia, do debate sobre floresta e prevenção de incêndios florestais, por considerar que é uma das questões estratégicas do concelho e do País. Depois, referiu-se à falta de verbas que já se regista no fundo Florestal Permanente, aos dois mil hectares de floresta ardida no ano transacto neste concelho e criticou a “fúria” legisladora do Governo que, na sua opinião, tem como objectivos a coacção e a repressão sobre os proprietários e as autarquias, desresponsabilizando o Estado e o Governo. Por trás de tudo o que foi referido, continuou, está unicamente a contenção e a redução do *déficit*, bem como a propaganda do Governo.

Assim, continuou, é preciso actuar na prevenção dos incêndios florestais, pelo que o PCP está totalmente disponível para colaborar em todas as acções que sejam promovidas. Lembrou que há organizações agro-florestais no concelho ou a pouca distância, que tem equipas de sapadores florestais, que podem ser rentabilizadas. A Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, informou, recebeu uma proposta de uma associação de produtores florestais para sedear uma equipa de sapadores naquela localidade, necessitando de instalações.

Por fim, lembrou que todas as actuações no âmbito da floresta carecem de coordenação, de planeamento, de participação das autarquias e das próprias populações, pelo que espera que tal envolvimento exista, nomeadamente ao nível da elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta.

Seguidamente, interveio o Sr. João Abreu que sugeriu que, atendendo a que estão presentes no Salão Nobre algumas pessoas ligadas a associações de produtores florestais, estas, se assim o entenderem, dêem o seu contributo sobre esta matéria no período de Intervenção do Público. Depois, referiu-se também à impossibilidade – material e financeira – das autarquias locais cumprirem com a legislação que obriga à criação de faixas corta-fogo ao longo da rede viária e dos aglomerados populacionais, esperando que a respectiva legislação seja revogada. Mencionou, também, que, apesar do esforço do Município, lhe parece que há um *déficit* de intervenção da moto-niveladora e do limpa-sebes na totalidade das freguesias, o que será ultrapassado pela aquisição de novos equipamentos por parte da Câmara Municipal. Por fim, lançou o desafio aos restantes Presidentes das Juntas de Freguesia no sentido de serem criadas associações de freguesias que, no mínimo, constituam uma forma de aquisição e utilização de equipamentos, nomeadamente para limpeza e manutenção de caminhos.

Por fim, interveio o Sr. Eng^o Carlos Maia para referir que as candidaturas que a Câmara Municipal apresentou no âmbito da floresta são tardias porque a mancha verde já está muito reduzida, concretamente na zona norte do concelho. Assim, há que partir para campanhas de sensibilização da população e para a reflorestação das zonas ardidas, envolvendo todos os meios e entidades possíveis, num esforço conjunto em defesa da floresta.

Seguidamente, entrou-se no período de Intervenção do Público, tendo sido dada a palavra ao Sr. Eng^o José Vasco de Campos, Director da CAULE – Associação Florestal da Beira Serra. Começou por dar conhecimento que a CAULE emprega trinta e duas pessoas, vinte das quais são residentes no concelho de Oliveira do Hospital. Além disso, tem duas equipas de sapadores florestais neste concelho, bem como uma equipa própria, que têm feito intervenções relacionadas com a silvicultura preventiva, na sua grande parte em propriedade privada. Infelizmente, continuou, essas mesmas equipas tiveram centenas de horas de intervenção em fogos florestais no concelho de Oliveira do Hospital, para além de equipas de outros concelhos que também aqui actuaram. Também procederam à extinção de mais de uma dezena de incêndios nascentes neste concelho e desenvolveram acções de sensibilização junto das escolas e das populações. Assim, continuou, não podia entender por que motivo o Sr. Presidente da Câmara não tinha aceite o pedido para a CAULE se fazer representar na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Seguidamente, deu conhecimento que, quando foi aberto o prazo de apresentação de candidaturas à Medida 3.4 do Programa AGRIS (Abril de 2004), por várias vezes falaram com o Sr. Presidente da Câmara no sentido de ser a CAULE a elaborar o projecto para este concelho, não tendo obtido a sua anuência e tendo vindo a verificar, mais tarde, que a Câmara Municipal entregou esse trabalho a duas associações do concelho, com a justificação que a CAULE tinha a sede no município de Tábua. Assim, concluiu, se a Câmara Municipal tivesse apresentado a candidatura atempadamente, certamente teria sido aprovada.

O Sr. Eng^o Vasco de Campos foi, entretanto, interrompido pelo Sr. Carlos Rocha que o lembrou que o que estava a mencionar não tinha a ver directamente com o assunto do debate constante da Ordem do Dia e que as eventuais reclamações que queria apresentar em relação à actuação do Sr. Presidente da Câmara ou da própria Câmara Municipal não tinham lugar naquele momento.

Concluindo, o Sr. Eng^o Vasco de Campos referiu que a CAULE iria continuar a defender os interesses dos seus associados e do concelho, independentemente das questões e dos entraves que a Câmara Municipal lhe queira colocar.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por esclarecer que a representação dos proprietários florestais na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios é feita por associações sedeadas no concelho, ou seja, pela Cooperativa Agro-Pecuária da Beira Central e pela Cooperativa dos Agricultores de Alvôco das Várzeas. Por fim, referiu que lamentava que o Sr. Eng^o Vasco de Campos não

tenha referido o que sucedeu no ano de 2003, quando um serviço de limpeza de caminhos contratado pela Câmara Municipal à CAULE - Associação Florestal da Beira Serra, deu origem a um processo e respectivo inquérito, devido ao corte e desbaste de árvores em baldios e terrenos da DRABL, que culminou no pagamento de uma indemnização por parte da autarquia.

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar e sendo uma hora, o Sr. Carlos Rocha declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(*Presidente*) _____

(*Primeiro Secretário*) _____

(*Segundo Secretário*) _____